CORREIO DEBATE

REFORMA TRIBUTÁRIA e a indústria

Em momento algum, a gente chegou a valores de R$ 50 bilhões ou R$ 60 bilhões. Mas, sim, a União está disposta a compensar os estados"

Bernard Appy, secretário Extraordinário da Reforma Tributária

Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy sinaliza para repasse ao fundo de compensação dos estados menor que R$ 50 bilhões. Enquanto isso, estados que perderão receita esperam um valor maior, acima dos R$ 100 bilhões

Sem consenso para o FNDR

» VICTOR CORREIA

Ed Alves/CB/D.A Press



Andrea Macera, Bernard Appy, Altair Garcia e José Luis Oreiro abordaram emprego, renda e tributação na indústria, no segundo painel do evento promovido pelo Correio **com o CN-Sesi**

O secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, sinalizou ontem que o repasse da União para o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional — que compensará os estados por perdas na arrecadação com a reforma — deve ser menor do que R$ 50 bilhões. Appy comentou o tema ao participar de painel do **Correio** *Debate: Reforma Tributária e a Indústria*, promovido pelo **Correio** e pelo Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi). Ele frisou, porém, que a União está sim disposta a compensar as unidades federativas.

"Em momento algum a gente chegou a valores de R$ 50 bilhões ou R$ 60 bilhões. Mas sim, a União está disposta a compensar os estados", declarou durante sua participação no evento. Governadores, por sua vez, defendem que o valor tem que ser próximo a R$ 100 bilhões para que não haja prejuízo aos estados que devem perder arrecadação com a reforma, especialmente os da região Centro-Oeste. Em fala anterior, o presidente do Grupo de Trabalho (GT) que discutiu a matéria na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), argumentou que o valor teria que ser ainda maior, em torno de R$ 150 bilhões.

Questionado por jornalistas ao final do evento, Appy esclareceu que o valor estimado em estudos internos da pasta — o Ministério da Fazenda — é menor do que R$ 50 bilhões, apesar de não ter revelado o montante. "Não está fechado, mas, pelas contas internas, não chega a esse valor. De qualquer forma, tem transição", respondeu o secretário.

O valor do fundo é um dos pontos de tensão entre os estados e a União, que quer aprovar a reforma ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar. O tema será debatido em reunião convocada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), amanhã com os governadores. O texto ainda está em tramitação e pode sofrer mudanças.

Mesmo com valor abaixo do esperado, Appy argumentou que a criação do Fundo é uma alternativa melhor para o desenvolvimento dos estados do que os benefícios fiscais concedidos atualmente. Com a reforma, os entes federados serão incapazes de baixar impostos para, por exemplo, atrair empresas. Segundo o secretário, porém, os benefícios atuais acabam se cancelando e aumentando o custo logístico das companhias.

"Tendo recursos (do Fundo), vai aplicar no quê? Naquilo que você tem vocação. Naquilo que gera mais emprego e renda", frisou Appy. Ele alertou ainda que o sistema tributário atual é "feito para não funcionar", e que a reforma trará grandes benefícios no longo prazo. Em sua visão, a indústria é a atividade mais prejudicada hoje em dia, com maior custo tributário e de investimento.

Segundo estudos sobre a proposta, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) promovido pela reforma ficará entre 4% e 20% em 15 anos. Appy destacou que, mesmo em um cenário mediano, com aumento de 12%, todos os setores econômicos serão beneficiados.

Indústria desmontada

O secretário participou do segundo painel do **Correio** *Debate*, ao lado da Secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Andrea Macera, do analista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Altair Garcia, e do economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), José Luis Oreiro.

A secretária do MDIC reforçou que a indústria é um dos setores mais prejudicados atualmente, e disse ver "com bons olhos" o texto em tramitação no Legislativo. "Achamos que o relatório aprovado no GT da Câmara vai ao encontro da demanda da indústria: simplificar, acabar com essa história de cumulatividade, tributar no destino e não na origem", destacou Andrea.

Oreiro, por sua vez, disse que vinha alertando há anos sobre o processo de desindustrialização do Brasil. "Eu até gostaria de estar errado, mas eu não estava. De uma participação no PIB de mais ou menos 27% na década de 1970, hoje a gente tem 10%", explicou o professor. Ele frisou ainda que a economia brasileira regrediu a um modelo mais primitivo, exemplificado pelo fato de que 50% da força de trabalho está desempregada, autoempregada ou na informalidade.

O analista Altair Garcia defende que não adianta realizar uma reforma no destino sem rever a tributação sobre os mais ricos. "A desigualdade tributária é brutal no Brasil. Tributa-se muito no consumo, e pouco na renda e patrimônio. A reforma seria mais ousada se tocasse nesses lugares que são difíceis de falar", enfatizou.

Cautela para não perder empregos

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR
» RAPHAEL PATI*

Ed Alves/CB/D.A Press



Rodrigo Spada, presidente da Febrafite, e Sérgio Nobre, presidente da CUT

Um dos pontos mais discutidos na economia digital é a chegada de novas tecnologias ao mercado, a exemplo da inteligência artificial. Para o economista do IDP e pesquisador do CAPP/Universidade de Lisboa, José Roberto Afonso, o risco de perda excessiva de empregos para sistemas avançados é um dos problemas que deve ser pautado com cautela na nova reforma tributária.

"Estamos vivendo, hoje, talvez um dos momentos mais disruptivos e de maior transformação na história da civilização brasileira, especialmente dos últimos séculos", destaca o pesquisador, ao avaliar que, além de provocar desemprego, a IA deve levar a um "abismo de desigualdade". "É para isso que a gente tem que se preparar, inclusive repensando no nosso sistema tributário. Acho que esses são os desafios de olhar para frente", pondera.

A última reforma tributária data de 1963, antes da ditadura militar, e instituiu os impostos até hoje existentes, como PIS, Cofins e ICMS. O economista José Afonso explica que a mudança naquela época foi fundamental, assim como a que se desenrola em Brasília. "Eu acho que hoje a gente precisa ter a mesma coragem e o mesmo discernimento e competência que tiveram os brasileiros de mais de 50 anos atrás, quando a gente está discutindo sistema tributário", defende Afonso.

Segundo o pesquisador, o principal desafio referente à manutenção de empregos com a reforma tributária, consiste na substituição da política atual de arrecadação, baseada em emprego e salário, vigente desde o pós-guerra. Além disso, para o economista é preciso atenção especial com a proteção social dos trabalhadores. "Tente olhar para o primeiro trimestre deste ano no Brasil, em que foram criados 500 mil e poucos empregos líquidos. 80% deles está em micro e pequenas empresas. E foram criadas mais de 1 milhão de empresas. O dobro de empresas em relação ao número de empregados", exemplifica.

Diante disso, Alonso reflete acerca da transformação social radical gerada na forma como os empregos são estabelecidos no país e no mundo. "Emprego já não é mais sinônimo de trabalho. Número de alíquotas é irrelevante na era digital. Então, a inteligência artificial é capaz de varrer páginas e páginas de regulamentos e decretos. Então, mudou-se o eixo de discussão", avalia Afonso.

Modelo de impostos

Embora reconheça avanços na proposta da reforma tributária, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, critica o modelo de impostos no Brasil. Segundo ele, em vez de tributar o consumo e a produção, o Estado deve taxar patrimônios e renda.

"Eu valorizo a intenção de uniformizar e simplificar. O problema do modelo tributário ser baseado na taxação do consumo e da produção. O milionário, quando vai comprar um quilo de feijão, pagará o mesmo imposto que uma pessoa que ganha um salário mínimo, por exemplo. Isso é injusto e é preciso mudar esse modelo para cobrar impostos sobre a renda e sobre o patrimônio", defende.

A demanda apresentada por Sérgio Nobre é prevista pelo Ministério da Fazenda e deve ser colocada em prática em um segundo momento. A proposta inicial da reforma tributária, que deve ser votada na Câmara na primeira semana de julho, buscará a uniformização dos tributos, mas manterá a taxação sobre o consumo e produção.

Acúmulo

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, explicou que, cada vez mais, os produtos estão interligados em questões de bens e mercadorias e, também, de serviços prestados. Segundo ele, a base de crescimento está concentrada em um segmento: os serviços. "Quando você separa as bases e fala que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobre sobre bens e mercadorias, e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), sobre serviços, aumenta o índice de litígio." Segundo ele, isso acontece porque os empresários querem pagar o menor, e o fisco quer cobrar o maior. "E com isso gera-se confrontos."

Segundo Spada, a desatualização do sistema tributário torna a separação entre serviços e mercadorias insustentável. "Quando a gente compra, por exemplo, um celular, como eu consigo mensurar qual é o percentual de hardware e qual o percentual de software neste celular? Ou em um notebook?", questiona.

Ainda de acordo com o presidente da Febrafite, é de amplo conhecimento que as classes mais altas de renda consomem mais serviços. Enquanto as classes mais baixas voltam-se aos bens e mercadorias. "Energia elétrica, telefonia, contas de luz, alimentação e remédios", pontua. "Com isso, você está efetivamente tributando até a sobrevivência da pessoa. A pessoa precisa daquele recurso para sobreviver e a gente está cobrando mais imposto, dificultando a possibilidade de sobrevivência dela", completa.

Caminho certo

O sócio e economista-chefe da Ryo Asset, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Gabriel Leal de Barros, afirmou que, em linhas gerais, a reforma tributária segue na direção correta. "Para avançar com a reforma, começam a ocorrer concessões para diversos setores. O ganho econômico da reforma é reduzido e, nesse ambiente, uma simplificação pode ser preferível. Essa contextualização é importante, pois a reforma parece começar a enfrentar resistência de governadores, prefeitos de grandes municípios, bem como de alguns setores como saúde, educação, transportes e construção civil", afirma.

"Nenhuma reforma é melhor que outra. Mas o custo-benefício do tipo e abrangência dela deve ser um guia para orientar o debate sobre essa agenda, que tem o potencial de transformar a realidade da economia brasileira no futuro próximo, se bem feita", analisa.

***Estagiário sob a supervisão de Michel Medeiros**